



POLÍCIA NA LUTA

Centenas de pessoas foram
à Praça da Sé pedindo
valorização da categoria. Pág 7



SIPESP NA ALESP

Já foram realizadas seis reuniões com deputados
estaduais: mais força para a Polícia Civil paulista.

Pág 6

DIRETORIA EXECUTIVA**Presidente**

JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

Vice-Presidente

MANUEL BORGES DE MIRANDA

Secretário Geral

PAULO AUGUSTO RIBEIRO MORATO ERICA

Secretário Geral Adjunto

VITOR PELLITO

Dir. Financeiro

VLADIMIR DINA CONVENTO

Dir. Financeiro Adjunto

APARECIDA REGINA LOUREIRO

Dir. Jurídico

MARIA HELENA TORRES

Dir. Jurídico Adjunto

JOÃO CARLOS PAVÃO DE PAIVA

Dir. de Patrimônio

MARCO ANTONIO CECOTI DOS SANTOS

Dir. de Patrimônio Adjunto

VILMA APARECIDA ROSA

Dir. Social

JOSÉ MÁRIO EVANGELISTA

Dir. Social Adjunto

JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura

ALCYR SOUZA REIS JUNIOR

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto

ROGÉRIO MIRANDA

Dir. de Relações Públicas e Sindicais

JOSÉ ELÍSIO DE SANT'ANNA

Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto

AGNALDO LUZIA

Dir. do Interior

MAURICIO ROBERTO DO AMARAL

Dir. do Interior Adjunto

REINALDO FARIAS DE ASSIS

Dir. de Aposentados e Pensionistas

CECÍLIO FERREIRA VILELA

Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto

NELSON DE SOUZA

CONSELHO FISCAL**Membros Efetivos****Presidente**

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA

1º Vice Presidente

PAULO SERGIO KOTZENT

2º Vice Presidente

SALVADOR JOSÉ VIEIRA

Secretário

ROSALVO FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS

1º Secretário Adjunto

CARLOS LUIZ BÉZERRA

Membros Suplentes**Presidente**

JORACI DE CAMPOS

1º Vice Presidente

JOAO SAMPAIO LOPES

2º Vice Presidente

PAULO DINIZ ALMEIDA LEITE

Secretário

EDUARDO PINTO FEIJÓ

1º Secretário Adjunto

LUIZ FERNANDÓ BRASILIENSE

**PALAVRA DO PRESIDENTE**

Polícia forte é polícia unida!

Este tem sido um ano de lutas. Inúmeros são os embates que travamos para tentar garantir benefícios essenciais para a Polícia Civil bandeirante. O êxito é iminente; por isso pedimos tanto que a categoria tenha uma só voz em uma corrente de luta. É assim, agindo e falando de forma uníssona, que o nosso Sindicato quer alcançar sucesso nas empreitadas pela PCSP.

Por isso estamos, quase semanalmente, agendando encontros com deputados estaduais em seus gabinetes na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), ação que teve início em maio e vai continuar até que o nosso salário tenha o reajuste prometido pelo governador João Doria. Confira na página 6.

Orquestrada com essas ações, convidamos o deputado estadual Castello Branco - que nos auxiliou com ideias para avançarmos em nossas prerrogativas de uma forma geral - para uma reunião com os diretores da entidade. Veja mais a respeito na página 4.

O compromisso do SIPESP com a categoria tem sido firmado em várias vertentes: se necessário vamos à frente de batalha mostrar a realidade da nossa polícia a quem quiser abrir os olhos e ver: na página 7 você pode conferir um pouco do que foi a nossa participação no ato em prol da valorização da Polícia Civil e da luta pela equiparação salarial de aposentados e pensionistas.

O futuro é logo à frente. Nosso olhar está caminhando com as inovações tecnológicas e agora contamos com um sistema de compartilhamento rápido de notícias postadas pelo SIPESP. Saiba como proceder na página 5.

Após tanta atividade está pensando em tirar uma folga nas festas de fim de ano? Confira as novidades das Colônias de Férias do Sindicato na praia e no interior na página 3.

Nossa missão e dever são com você. Desfrute das próximas páginas de pura atuação. Esperamos inspirá-lo (a) a se juntar a nós!

Boa leitura!

João Batista Rebouças da Silva Neto
Presidente do Sindicato dos Investigadores de
Polícia do Estado de São Paulo - SIPESP



Fim de ano nas colônias de férias do SIPESP: Faça já a sua reserva!

Colônias na praia e no interior estão disponíveis e com novidades para receber os associados e seus familiares para as comemorações de fim de ano!

Chegamos ao último trimestre de 2019 e a primeira coisa que vem à cabeça é: onde comemorar os feriados de fim de ano com a família?

As opções normais variam de R\$3.000 a R\$12.000 em casas de temporada, para até 5 pessoas. No SIPESP, você encontra valores acessíveis e garante conforto absoluto durante a estadia, seja na Colônia de férias do SIPESP na Praia Grande, litoral paulista ou em Promissão, interior do Estado.

Para aderir aos pacotes de Natal e Ano novo, os associados devem encaminhar um e-mail expressando o interesse até o final de outubro. Em novembro é realizado o sorteio e, os que não forem contemplados são adicionados à uma lista de espera e, havendo desistência, os integrantes da lista são chamados em sequência.

São quatro dias de estadia na colônia escolhida pelo associado. Confira as particularidades de cada uma:



COLÔNIA DE FÉRIAS
Praia Grande

Na Praia Grande, a piscina foi reformada e uma "prainha" foi criada para garantir a diversão das crianças, próximo ao quiosque, além de contar com um novo sistema de aquecimento de água e iluminação, que proporcionam uma ambientação perfeita e possibilita aproveitar a estadia mesmo com o tempo não tão favorável.

E para aproveitar os momentos de lazer, a colônia conta com uma churrasqueira e um forno de pizza, perfeitos para promover uma festa com muita comida boa.



COLÔNIA DE FÉRIAS
Promissão (SP)



A Colônia do Sindicato em Promissão conta com quatro quartos - cada um com uma cama de casal e uma beliche -, além de uma estrutura completa de lazer que garante a melhor experiência para os sócios.

Entre os benefícios da hospedagem em Promissão estão o forno de pizza e o forno à lenha, além da piscina e do playground para as crianças.

Por estar cercado pelo Rio Tietê, que é totalmente limpo nesse trecho, é possível a prática de pesca sem sair do rancho do SIPESP. Uma oportunidade única para relaxar com a família!



Como reservar

Encaminhe um e-mail para sipesp@terra.com.br ou ligue para (11) 3326 8308 (secretaria SIPESP).

Senado responde ao ofício do SIPESP sobre Previdência

Documento pede tratamento equânime aos Militares das Forças Armadas no texto da Reforma da Previdência

As prerrogativas do SIPESP em prol da Polícia Civil estão chegando ao conhecimento de todos. Uma delas é a luta do Sindicato para que a Reforma da Previdência seja justa com os policiais paulistas e brasileiros.

Após o encaminhamento de ofício, no dia 3 de julho, para o Senado Federal, solicitando o tratamento equânime aos Militares das Forças Ar-

madas no texto da Reforma da Previdência, o presidente da instituição, Davi Alcolumbre, destacou que a manifestação "constitui pilar do genuíno processo democrático" e que será encaminhado à Comissão Especial destinada a acompanhar a proposta da Reforma que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em reunião, diretoria do SIPESP entrega dados sobre a PCSP ao deputado Castello Branco (PSL)



Representantes de todo o estado expuseram as dificuldades da polícia e elaboram plano de ação na luta pela categoria

A luta do SIPESP não para. No dia 21 de agosto, o Sindicato recebeu o deputado Capitão Castello Branco (PSL) para uma reunião com representantes da Polícia Civil de todas as regiões do interior e litoral de São Paulo.

O presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, iniciou a reunião apresentando as principais prerrogativas da Polícia Civil Bandeirante ao deputado. "É uma honra ter o senhor ao nosso lado. É bom saber que nós, operacionais, teremos uma voz no legislativo! O Sindicato está de portas abertas e hoje vamos mostrar os fatos que degradam a nossa Polícia. Temos representantes de todo o estado para debater esses problemas", falou.

Em seguida, após uma breve apresentação sobre sua história pessoal e a sua ligação com a Polícia Civil de São Paulo, o deputado afirmou que os problemas da corporação são crônicos e se propôs a ouvi-los para ajudar a categoria. "Não tenho interesse que não seja ajudar vocês. Estou plantando uma semente aqui. Muitos políticos falam demais e não resolvem nada ou por que não podem, ou porque não querem ou simplesmente porque não querem comprar brigas que não os interessam politicamente", disse Castello Branco. "Se não mudarmos agora, não saberemos para onde vai o trem".

Atuação

De acordo com o deputado, há uma

série de condições favoráveis à PCSP, inclusive segundo consta, do próprio Governador João Dória, que prometeu melhorias salariais para os operadores de Segurança Pública- tanto para a polícia militar quanto para a polícia civil. Segundo divulgado, em outubro deste ano ele anunciará um pacote gradativo de reajuste salarial.

Castello Branco lembrou das dificuldades que serão enfrentadas. "Não só nossa legislação é muito fraca, como ela quer piorar com essa questão da Lei de Abuso de Autoridade. Podemos pressionar, junto com a nossa bancada, os órgãos executivos para melhorias salariais e de equipamentos. Nesse momento, tudo nos parece favorável; podemos ter um prognóstico positivo, pois temos um governador que quer se candidatar à presidência da República", explicou.

O deputado ressaltou ainda importância da participação efetiva da categoria na busca os direitos e pediu o comparecimento frequente da categoria no plenário para falar sobre a Polícia Civil paulista. "O brasileiro está começando a mudar seu comportamento porque quer saber o que está sendo falado e resolvido da sua vida pelos políticos. Mas, apesar dos esforços heróicos de muitos de vocês, sabemos que a segurança pública está muito aquém do que poderia fazer".

Denúncias em prol de melhorias

Em um segundo momento, os dire-

tores puderam relatar ao deputado a realidade encarada pelos policiais em seu dia-a-dia nas delegacias do interior.

O representante da região de Assis, José Elísio, lembrou da péssima qualidade do armamento utilizado. "Nós temos armamento, mas as munições estão vencidas. As delegacias estão sucateadas e as viaturas estão descaracterizadas, sendo utilizadas de forma indevida; não temos pagamento de nível universitário para investigador e escrivão, além da nossa Academia ser obsoleta", disparou. Assis, que conta com uma Seccional e 14 delegacias regionais, tem apenas cinco delegados e mais alguns escrivães e investigadores que se revezam para suprir as necessidades destas unidades, segundo o diretor.

Já o diretor Paulo Érica denunciou a redução da Polícia Civil em algumas cidades do interior. Segundo ele, algumas viaturas circulam com apenas um policial. "São 12 cidades no entorno. São José dos Campos está um pouco melhor por ser uma cidade um pouco mais populosa", lamentou. "Além disso, os cursos da Academia são praticamente inúteis: servem apenas para dar emprego aos apaniguados da administração", afirmou.

Rebouças lembrou que os cursos de tiro são dados de forma oral, ou seja, não há a prática porque o equipamento comprado é antigo, além de não haver munição adequada.

De acordo com a diretora Maria Helena Torres, a polícia compra munição com desconto e, muitas vezes, é de má qualidade. "Aí acontecem os acidentes: a munição não ejeta, a arma dá pane e a moral da história é que eles não conseguem resolver a pane e correm um grande risco", disse.

O representante da região de Araquara, Maurício do Amaral, também apontou que a cidade tem um grave problema de efetivo. "O policial acaba não tendo férias, nem descanso, nem nada. E esse problema se repete em todas as cidades".

A questão do efetivo foi levantada novamente pelo delegado sindical Leandro, de São João de Boa Vista, que explanou sobre o sucateamento da Polícia Civil. "Nós temos exemplos muito claros. Por exemplo: na minha cidade, a Lei Maria da Penha se tornou ineficaz. Começaram





a chegar muitos flagrantes e nós não conseguimos atender as demandas. Se chegam dois ou três flagrantes durante a noite, nós não temos efetivo para atender".

João Carlos Pavão, diretor de Lins e região, lembrou a todos que os problemas se repetem, em todos os lugares e abordou questões ainda mais profundas. "O pessoal tem que cobrir as cidades vizinhas, além de enfrentar problemas estruturais e de prestação de contas e de recursos. Tem profissionais da prefeitura nas delegacias, mas eles não são capacitados para substituir investigadores e escrivães", explicou.

Também foi abordada a questão do Vale Alimentação, que para Polícia Civil é de R\$ 12 por plantão enquanto o da polícia militar é de R\$ 85 por dia, um dos pontos que o SIPESP está lutando para que mude.

O SIPESP está brigando também para que todas as melhorias sejam esbarradas aos aposentados.

Polícia Real, Polícia Ideal

Um documento foi preparado pelo Sindicato especialmente para a visita do Deputado Castello Branco à sede. O material, chamado "Polícia real Polícia ideal", apresentado pelo advogado Wilson Rangel, reuniu inúmeros dados sobre a PCSP, comparativos salariais em nível nacional e estadual, além de estatísticas sobre o déficit de policiais, redução de concursos, infraestrutura nas delegacias, entre outros.

O material é só o início do trabalho de pesquisa do Sindicato, que mostrará para a população - e para a própria polícia - os números oficiais, mas acima de tudo, os números reais, conquistados com a colaboração da categoria de todo o estado.

"Prometo ir ao combate. Estou agradecido por ter sido escolhido para representar a bandeira da Segurança Pública", finalizou o deputado.

O presidente Rebouças entregou uma placa em homenagem ao deputado Castello Branco no final da reunião em nome do SIPESP. ■



Novidade: site do SIPESP conta com sistema de compartilhamento rápido



Com ícones do Whatsapp, Facebook, Twitter, e-mail e impressão fica mais fácil encaminhar as últimas atualizações do Sindicato



O SIPESP está em uma nova fase. Pensando em melhorias, acessibilidade e facilidade de compartilhamento de informações, o site do SIPESP sofreu uma importante atualização que permite que os leitores encaminhem as atualizações do Sindicato por meio das redes sociais e mensagens.

No começo de cada notícia inserida no site do SIPESP haverá seis ícones: Facebook, Twitter, Whatsapp, E-mail, impressão e compartilhamento geral. Basta clicar em uma delas e você está pronto para enviar a notícia!



Se as primeiras cinco opções forem insuficientes, o último ícone, de compartilhamento geral, abre inúmeros outros aplicativos como LinkedIn, Skype, Messenger, entre outros. Confira:

Basta escolher por onde prefere encaminhar e notícia e pronto! Está pronto



para dissipar informações sobre a Polícia Civil de São Paulo. SIPESP: sempre pensando no melhor para você!

Carreira de delegado não pode ser equiparada às carreiras jurídicas, diz STF

O entendimento foi firmado, por unanimidade, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal em plenário virtual. A sessão começou em 30/8 e terminou no dia 5/9

Prevaleceu entendimento do relator, ministro Alexandre de Moraes. "Julgo procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade, nas vertentes formal e material, dos parágrafos 4º e 5º do artigo 106 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescidos pela Emenda Constitucional 61, de 11 de julho de 2012", diz.

O ministro foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Celso de Mello.

A ação foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República em 2016. Na ação, a PGR questiona dispositivos introduzidos por meio de emenda à Constituição de Santa Catarina para considerar o cargo de delegado de Polícia Civil como atribuição "essencial à função jurisdicional e à defesa da ordem jurídica".

Segundo a ação, a alteração categoriza a carreira de delegados de polícia como jurídica e assegura aos integrantes "independência funcional" e "livre convocação".



Ato exige paridade salarial para aposentados e pensionistas

Centenas de pessoas marcaram presença para protestar contra a desvalorização das polícias do Estado

Em 27 de setembro, centenas de pessoas, entre policiais militares, civis, aposentados e pensionistas, estiveram no marco zero da cidade de São Paulo para protestar contra a quebra da igualdade salarial entre policiais ativos e inativos. Além dos policiais da capital, vieram mais 25 ônibus de outras cidades para o ato.

A manifestação dos policiais aconteceu após o governador João Doria (PSDB) afirmar que ainda está avaliando os impactos de um reajuste salarial para os aposentados, enquanto falava sobre um aumento aos policiais da ativa. Segundo o governador, existe a possibilidade de não haver reajuste salarial para os policiais inativos.

O presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, João Batista Rebouças da Silva Neto marcou presença no ato e destacou a importância da união das categorias em prol dos aposentados e pensionistas. "Somos policiais civis e sempre contamos com vocês, policiais militares e demais categorias. Somos todos policiais em defesa da sociedade. O Governador jamais vai dividir nossa polícia. Estamos aqui sem medo!", afirmou Rebouças no palanque.

"O governador se comprometeu que a polícia de SP teria o maior salário do Brasil. Mas, agora, nosso inimigo tem nome e endereço. A única coisa que ele fez até agora foi ter traído a gente. E vamos dar

para ele o que demos ao Alckmin: 4% na eleição à presidência", bradou o senador Major Olímpio. "Brasil acima de tudo!".

Após, representantes sindicais, deputados e demais entidades se pronunciarem, os policiais aposentados começaram caminhar sentido do Pátio do Colégio e depois seguiram para a Secretaria de Segurança Pública, na Rua Líbero Badaró.

Em nota ao site G1, a Secretaria de Segurança Pública, afirmou que "investe na valorização e reconhecimento das carreiras policiais". A SSP destaca também que a atual gestão colocou em dia o pagamento dos bônus por produtividade que estava atrasado desde 2018 - ao todo foram pagos R\$ 232,4 milhões aos policiais. A secretaria diz que, "em parceria com outras secretarias, a SSP montou um grupo de trabalho para discutir a recomposição salarial dos agentes de segurança pública. Os resultados serão apresentados até o fim de outubro e não há previsão de alteração da paridade e integralidade dos vencimentos. O Governo do Estado reafirma seu compromisso de fazer com que os policiais paulistas tenham a melhor remuneração entre os Estados da Federação, ao longo dos quatro anos de mandato."

Também marcaram presença a diretora jurídica Maria Helena Torres, o diretor Joraci de Campos, o advogado Fábio Alencar e o representante sindical Vitor Kisberli.



Curso de tiro já alcançou mais de 200 policiais civis

O curso de tiro promovido pelo SIPESP saiu da sede e passou a ir ao encontro dos policiais civis, dentro de suas unidades. As visitas, agendadas pelo representante sindical Vitor Kisberi, permitem que a entidade conheça mais de perto a realidade da Polícia paulista. O SIPESP já esteve no 37º DP - Campo Limpo, 70º DP - Sapopemba, CDP/Suzano, 58º DP - Vila Formosa e 102º DP - Socorro.

Para agendar sua visita, entre em contato pelo telefone (11) 3326-8308 ou pelo e-mail sipesp@terra.com.br.



Após pedido de vista, aposentadoria especial da PCSP tem nova data de julgamento

Em audiência com a Turma Especial do TJSP, desembargadores votaram pelo julgamento do tema, mas categoria deverá esperar ainda mais para obter uma resposta para o pleito.

No dia 27 de setembro, o departamento jurídico do SIPESP esteve no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para defender a aposentadoria especial aos Policiais Civis no IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) em audiência com a Turma Especial da Seção de Direito Público.

Após questionamentos e debates, dado que foi levantada a preocupação do posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) quando suspenderam o julgamento da aposentadoria especial dos policiais civis, os desembargadores do TJSP discutiram as três opções possíveis: extinguir, suspender ou julgar o tema. Por 7 votos a 6, eles decidiram julgar.

Com a sustentação oral de cinco advogados de entidades ligadas à Polícia Civil, entre elas, o SIPESP, se dirigiram à Turma Especial como Amicus Curiae.

"Destaco aqui a necessidade de uniformização dessa matéria,

que tem atingido todos os policiais civis do estado de São Paulo. Nós, na condição de Amicus Curiae, representando a classe dos investigadores de polícia, em que pese o que o representante da Fazenda Pública tenha dito que essa questão da aposentadoria já vem sendo concedida no âmbito administrativo, nós, no dia a dia, vemos diversos casos em que há uma tese criada pela Fazenda Pública para postergar esse direito que já é reconhecido na maioria das Câmaras deste Egrégio Tribunal", apontou o advogado Fabio Alencar.

O voto do Relator, Desembargador Bandeira Lins, foi favorável à aposentadoria especial com integralidade e paridade. No entanto, o Desembargador Torres de Carvalho pediu vista, o que significa que o término do julgamento foi adiado. A data agendada para a continuação do julgamento é dia 25 de outubro.

Continue acompanhando as novidades pelo site do SIPESP.

O PLANO QUE
CABE NO BOLSO
DO POLICIAL.

a partir de
R\$ 105*
*plano individual

Fale com nossos corretores e faça sua cotação para planos de saúde individuais ou familiares.

(11) 9 4754-4909 (11) 3524-3100

ckscorretora@hotmail.com

